

Inflação: diagnósticos e terapias

Nesta aula

Politicamente a Nova República avançava, com a remoção do “entulho autoritário” e o surgimento de novos grupos organizados em torno de questões importantes, como a ecologia, os direitos do consumidor, a atuação das donas-de-casa etc.

A economia, no entanto, estava indo de mal a pior, com a atividade industrial em baixa e a inflação em alta.

Nesta aula veremos como o governo tentou conter a inflação por meio de planos sucessivos – **terapias** – que não deram certo. Talvez a explicação das causas – **diagnóstico** – estivesse equivocada. A questão é saber por quê?

Como todos nós passamos por esse período e aprendemos um pouco sobre economia com os noticiários, as compras, as trocas de moedas, não será difícil responder.

Inflação: os diagnósticos

Inflação, você sabe muito bem, é o aumento constante e geral dos preços, o que provoca a **perda do poder de compra** que a moeda possui.

No início da década de 1980, mais precisamente entre 1981 e 1983, o país mergulhara na sua crise econômica mais grave, resultante do modelo de desenvolvimento do regime militar.

O governo João Figueiredo procurou combater a inflação com uma política que procurava reduzir a atividade econômica, porque, dessa forma, ao diminuir a massa salarial, o governo achava que os preços tenderiam a subir menos, por falta de compradores. O governo foi, assim, o agente direto da recessão dos primeiros anos da década de 1980.

Quando se iniciou o governo do presidente José Sarney, em março de 1985, a situação econômica do país vinha se recuperando da **recessão**. O grande impulso proveniente das exportações permitiu que a economia brasileira retomasse o crescimento. A queda das importações e o aumento das exportações fizeram com que houvesse um saldo de 13,1 bilhões de dólares na balança comercial, permitindo que o Brasil pagasse os juros de sua dívida externa. As reservas externas brasileiras chegaram a 9 bilhões de dólares.

O país encontrava-se, portanto, em situação um pouco mais confortável, podendo até prescindir do Fundo Monetário Internacional – FMI e procurar acordos diretos com os bancos credores privados.

EXPORTAR É A SOLUÇÃO?

“Essa política econômica voltada para a exportação provoca, entre outras coisas, duas conseqüências graves: aumenta a pobreza do povo e enriquece ainda mais as multinacionais. Aumenta a pobreza porque não há interesse em favorecer o mercado interno; a produção é para ser vendida em dólar. Não havendo interesse em ampliar o mercado interno, não há interesse em aumentar os salários dos trabalhadores brasileiros. Ao contrário, quanto menos ganhar o trabalhador brasileiro, mais barato fica o custo de produção das mercadorias vendidas lá fora e, portanto, maior o lucro das empresas”.

Frei Betto, OSPB

Introdução à Política Brasileira, Editora Ática, São Paulo, pág. 57)

Entretanto, a economia interna encontrava-se prisioneira da inflação, que subiu a 223,8% ao ano, em 1984, e a 235,5% ao ano, em 1985. Iniciou-se, então um período no qual o governo iria procurar solucionar o problema inflacionário por meio de intervenções na economia, embutidas em sucessivos planos.

A primeira tentativa de controlar a inflação foi feita com o corte de 10% do orçamento da União e o congelamento de contratos de empréstimos, pretendendo-se, assim, equilibrar a **receita** e a **despesa** da administração pública. Atingindo esse equilíbrio, não haveria mais necessidade de o governo federal recorrer à emissão de papel-moeda e a empréstimos de curto prazo, ambos alimentadores da inflação. A falta de controle da inflação e a conseqüente perda de poder aquisitivo dos salários provocaram greves no campo e nas cidades, durante o ano de 1985 e início de 1986.

A política de austeridade foi contestada por forças políticas que davam sustentação ao governo, que, finalmente, em agosto de 1985, substituiu o ministro da Fazenda Francisco Dornelles e mudou a orientação da política econômica.

No final de 1985, ganhava força uma nova teoria sobre a inflação brasileira. Para alguns economistas, ela era decorrente de fatores variados, entre os quais o fato de predominarem poucas indústrias grandes, em alguns setores da economia. Tais indústrias, por quase não terem concorrentes, preferiam aumentar seus preços, mantendo grandes lucros com poucos compradores, em vez de aumentar suas vendas.

Outra razão apontada pelos economistas para a inflação era o **constante desequilíbrio nas contas do governo**, que para saldar suas dívidas era obrigado a emitir moeda e títulos.

Finalmente, afirmava-se que a inflação brasileira possuía também um componente **inercial**. Com “inercial”, os economistas queriam dizer que no Brasil todos já contavam com a inflação e, com ou sem razão, aumentavam seus preços a toda virada de mês. Criava-se uma **cultura inflacionária** no país, ou seja, as pessoas passaram a se habituar e mesmo a tirar proveito da inflação.

Inflação: as terapias

O Plano Cruzado

A inflação continuava a crescer e, em janeiro de 1986, atingiu a cifra de 17,5%. O governo adotou uma política econômica oposta, baseada na tese de que era falsa a suposição quanto à contenção das atividades econômicas e à redução do déficit público resultarem na queda da inflação. Os defensores da nova política econômica sustentavam que a diminuição do ritmo inflacionário somente poderia ter resultado com uma terapia de choque, que acabasse com a correção monetária e estabelecesse uma moeda forte, em substituição ao Cruzeiro.

Dirigida pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, a nova equipe econômica elaborou o **Plano Cruzado**, anunciado pelo presidente José Sarney em 28 de fevereiro de 1986, visando o combate à inflação e a estabilidade da economia. A moeda foi substituída de **Cruzeiro** para **Cruzado**, e promoveu-se um congelamento de preços e salários. Logo, o plano recebeu apoio estuasiástico da população e parte dela organizou-se, incentivada pelo presidente, para fiscalizar o congelamento de preços nos supermercados. Surgiam os “fiscais do Sarney”.

*No Plano Cruzado,
cada cidadão que
fosse a um
supermercado, ou a
algum outro tipo de
loja, podia se
transformar num
“fiscal do Sarney”,
denunciando
aumentos abusivos
de preço.*



O Plano Cruzado também tomava as seguintes medidas: extinção da correção monetária, reajuste automático dos salários (sempre que a inflação acumulada atingisse 20%) e criava o seguro-desemprego.

O resultados mais imediatos do Plano Cruzado foram a mobilização da sociedade no combate aos preços abusivos e a drástica redução da inflação, com a conseqüente valorização real dos salários. O congelamento de preços, por sua vez, provocou uma corrida ao consumo, a baixa nas ofertas de produtos, a prática da cobrança de ágio e a desativação da atividade econômica produtora, acompanhada do aumento nos índices de desemprego.

Em julho de 1986, o governo anunciou um conjunto de medidas, conhecidas como “cruzadinho”, que tinham por objetivo corrigir a crise do Plano Cruzado, instituindo um empréstimo compulsório na compra de carros, de gasolina e álcool, de dólares para viagens e passagens aéreas para o exterior.

O equilíbrio das contas pretendido pelo governo não foi atingido, pois não houve aumento significativo das importações.

No último semestre de 1986, o Plano Cruzado já demonstrara sua fragilidade. Realizadas as eleições de 15 de novembro de 1986, o governo viu-se obrigado a aumentar as tarifas públicas e os impostos indiretos, defasados. Isso contribuiu para que a inflação fosse realimentada e fechasse o ano em 450%.

A crise das contas externas levou o Brasil a declarar **moratória**, em fevereiro de 1987. Assim, suspendia unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento dos juros referentes às dívidas com os bancos credores.

O Plano Bresser

O ministro Dílson Funaro acabou sendo substituído pelo ministro Bresser Pereira, que propôs um novo plano de combate à crise econômica e à inflação. O **Plano Bresser**, como o Plano Cruzado, fracassou em seus objetivos, aprofundando a crise econômica e social.

O Plano Verão

Em janeiro de 1989, a inflação aproximava-se de 1.000% ao ano, fazendo com que o governo anunciasse um novo plano econômico, chamado **Plano Verão**, o qual recuperava algumas características do Plano Cruzado.

O Plano Verão estabeleceu um novo congelamento de preços; criou uma nova moeda, o **Cruzado Novo**; extinguiu as Obrigações do Tesouro Nacional (OTN); elevou os juros bancários para conter o aumento do consumo.

Como aconteceu com o Plano Cruzado, o Plano Verão provocou o desabastecimento, a cobrança de ágio, o crescimento da inflação, o desemprego.

Brasil, mostra a tua cara

Nesses anos de grande sofrimento para milhões de brasileiros, marcados pelo desemprego, pela miséria, pela fome, pela presença de crianças de rua, em 1988 um poeta se levantou como a “voz dos oprimidos”. Cazuza – com seus versos irados e, ao mesmo tempo, cheios de amor – é o intérprete de seu tempo.

Brasil

De Cazuza

*Não me convidaram prá essa festa pobre
Que os homens armaram prá me convencer
A pagar sem ver toda essa droga
Que já vem malhada antes de eu nascer
Não me ofereceram nem um cigarro
Fiquei na porta estacionando os carros
Não me elegeram chefe de nada
O meu cartão de crédito é uma navalha
Não me sortearam a garota do Fantástico
Não me subornaram, será que é o meu fim*

*Ver TV a cores na taba de um índio
Programada só prá dizer sim, sim...
Brasil, mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Prá gente ficar assim
Brasil, qual é o teu negócio
O nome do teu sócio, confia em mim
Grande Pátria desimportante
Em nenhum instante eu vou te trair
Confia em mim. Confia em mim, Brasil!*



O tempo não pára

Não foi à toa, portanto, que alguns economistas chamaram os anos 80 de “década perdida” no Brasil. A economia brasileira viveu anos de estagnação e de inflação. A dívida externa praticamente dobrou e os investimentos externos baixaram de 1.750 bilhões de dólares, em 1981, para 400 milhões de dólares, em 1989. A inflação passou de cerca de 100% ao ano, no início da década, para 1.700% ao ano, em 1989. O resultado de tudo isso foi o empobrecimento de grande parcela da população.

Em 1989, depois de quase 30 anos, ocorreram eleições presidenciais no Brasil. Os candidatos apresentaram propostas para combater a crise. Mas qual seria o caminho da retomada do desenvolvimento? Novos planos econômicos? Fortalecer ou reduzir o papel do Estado na economia? O país poderia passar por um rápido processo de modernização e alcançar os países do Primeiro Mundo? Essas questões estavam na cabeça dos brasileiros, quando Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República. Um novo programa econômico seria posto em prática: o **Plano Collor**.



Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia **Inflação: os diagnósticos** e faça o que se pede:
 - a) relacione as explicações ou diagnósticos dessa doença da economia chamada *inflação*;
 - b) Faça uma crítica ao combate da inflação no governo Figueiredo.
2. Releia **Inflação: as terapias** e faça uma lista das medidas econômicas do Plano Cruzado:
3. Releia **Brasil, mostra a tua cara** e dê a sua interpretação sobre:
 - *essa festa pobre*;
 - *essa droga que já vem malhada antes de eu nascer*;
 - *ver TV a cores na taba de um índio/programada só pra dizer sim, sim...*
4. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

“O Brasil está hoje à mercê do sistema financeiro internacional, controlado pelos países centrais, sob a batuta dos Estados Unidos e, agora, particularmente do Fundo Monetário Internacional – FMI. A política econômica do governo consiste essencialmente em administrar a dívida externa. Todas as decisões importantes se subordinam a

esse propósito; “rolar a dívida”, isto é, empurrá-la para frente e para cima a espera de dias melhores. Praticamente, o país chegou a um ponto em que não é mais o governo brasileiro que administra a dívida, mas é a dívida que administra o governo. De fato, as principais medidas relacionadas com a política econômica não são tomadas a partir das necessidades e interesses do país e das aspirações da sua população, mas em função das exigências da dívida externa e dos banqueiros internacionais credores do Brasil. E, a partir de 1983, com a auditoria do FMI.

Para pagar as amortizações, e os juros, o Brasil faz novos empréstimos e fica devendo mais. Assim, a administração da dívida consiste basicamente na sua renegociação permanente, sob condições impostas e controladas pelos banqueiros. Como o Brasil já deve muito e precisa levantar no exterior cerca de 18 a 20 bilhões de dólares por ano, para fechar o balanço de pagamentos, os banqueiros, mais receosos e cautelosos, impõe condições mais rigorosas. Entre outras, emprestam dinheiro para novos projetos e exigem que parte do empréstimo seja aplicado na compra de máquinas, aparelhos e equipamentos de suas indústrias, mesmo que haja empresas no Brasil que fabriquem tais produtos. Assim, o Brasil se obriga a fazer novos projetos, muitos deles desnecessários ou não urgentes, e gasta o que não tem naquilo que não precisa, tal o grau de subordinação aos 'donos' do poder econômico e do financeiro mundial.”

Argemiro J. Brum, *Por que o Brasil foi ao Fundo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1983, págs. 60-70

Depois de ler esse texto, e considerando tudo o que você aprendeu nas aulas anteriores, tente responder estas questões:

1. Que duplo sentido há na expressão “o Brasil foi ao Fundo”?
2. Pelo que você entendeu, qual é o papel do FMI?
3. Que condição é imposta pelos banqueiros para novos empréstimos?
4. Explique com suas palavras a frase “o Brasil gasta o que não tem naquilo que não precisa”.



Rolar a dívida: na impossibilidade de pagar, são feitos novos contratos, com mais prazo e incorporação dos juros devidos.

Amortização: pagamento de parte da dívida.